

Moratória brasileira pesou na decisão de aumento da "prime"

por Paulo Sotero
de Washington

O desejo dos bancos de reforçar seus balancetes e compensar as perdas que sofreram em função da decisão do governo brasileiro de suspender os pagamentos da dívida externa pode não ter sido o fator principal que levou o Chase Manhattan a iniciar, na sexta-feira passada, o terceiro aumento da "prime" nos últimos 45 dias. A decisão do Chase reflete o aumento dos custos de fundos. Mas, segundo vários analistas, ele pesou, como elemento coadjuvante, na decisão. A propósito, nesta semana, a moratória brasileira completa três meses de idade.

A passagem dos noventa dias desde a suspensão de pagamentos, que chegou a ser tema de graves discussões no Palácio do Planalto antes de a medida ser anunciada, não será marcada por nenhuma ocorrência especial. "O fato de os

bancos já terem colocado seus ativos brasileiros em regime de caixa retira qualquer significado do dia 20 de maio", disse um executivo de um grande banco de Nova York a este jornal.

O banqueiro vê uma data potencialmente mais significativa no fim do mês, quando, tecnicamente, vencerá o prazo de dois meses pelo qual o ex-presidente do Banco Central, Francisco Gros, solicitou a extensão das linhas de curto prazo, no final de março. "Se o Banco Central não fizer nada, provavelmente ficará tudo como está. Mas espera que as autoridades brasileiras mandem um telex solicitando uma nova prorrogação", afirmou ele. Fazendo um convite, o banqueiro acrescentou: "Esta seria uma boa oportunidade para o novo ministro da Fazenda mandar sua primeira mensagem aos bancos credores, indicando quando pretende retomar o diálogo".